

GÊNERO, FLEXIBILIZAÇÃO E USOS DO TEMPO NO TRABALHO EM HOME OFFICE NA COMUNICAÇÃO

GENDER, FLEXIBILIZATION AND TIME USE IN WOMEN'S WORK FROM HOME IN COMMUNICATION

GÉNERO, FLEXIBILIZACIÓN Y USO DEL TIEMPO EN EL TRABAJO HOME OFFICE EN LA COMUNICACIÓN

Antônia Tâmara Haag

■ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM).

■ *Máster por el Programa de Posgrado en Comunicación de la Universidad Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM).*

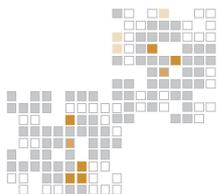
■ E-mail: antonia.haag@acad.ufsm.br

Milena Freire de Oliveira-Cruz

■ Professora do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM).

■ *Profesora del Departamento de Ciencias de la Comunicación y del Programa de Postgrado en Comunicación de la Universidad Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM).*

■ E-mail: milena.freire@ufsm.br



RESUMO

O objetivo geral deste artigo é analisar como a flexibilização interfere na organização dos usos do tempo no trabalho em home office de mulheres profissionais da comunicação. A pesquisa tem inspiração etnográfica e as duas técnicas de obtenção de dados são a entrevista semi estruturada e a observação não participante. Os encontros foram realizados entre maio de 2023 e janeiro de 2024 em Santa Maria (RS). Os resultados evidenciam que o contexto das trabalhadoras expressa as condições de gestão de tempo de cada uma e que a flexibilidade da jornada laboral intensifica ainda mais a tensão do tempo mercantil com aqueles não remunerados.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO; TRABALHO; USOS DO TEMPO; GÊNERO.

ABSTRACT

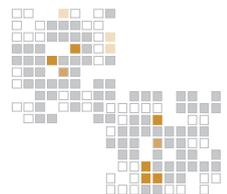
The main objective of this article is to analyze how flexibility interferes with the organization of time use in work from home of women communications professionals. The research is ethnographically inspired and the two techniques are semi-structured interviews and non-participant observation. The meetings were held between May 2023 and January 2024 in Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil. The results show that the context of the workers expresses the time use conditions of each one and that the flexibility of the working day further intensifies the tension of paid work time with unpaid time.

KEY WORDS: COMMUNICATION; WORK; TIME USE; GENDER.

RESUMEN

El objetivo general de este artículo es analizar cómo la flexibilidad interfiere en la organización del uso del tiempo en el trabajo home office de las profesionales de la comunicación. La investigación es de inspiración etnográfica y las dos técnicas para la obtención de datos son la entrevista semiestructurada y la observación no participante. Las reuniones se realizaron entre mayo de 2023 y enero de 2024 en Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil. Los resultados evidencian que el contexto de los trabajadores expresa las condiciones de gestión del tiempo de cada uno y que la flexibilidad de la jornada laboral intensifica aún más la tensión del tiempo mercantil con quienes no son remunerados.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN; TRABAJO; USOS DEL TIEMPO; GÉNERO.



Introdução

A organização social do tempo no capitalismo tem como um dos principais parâmetros o papel que o trabalho remunerado assume na vida dos sujeitos. Sendo as relações de trabalho atravessadas por demarcadores sociais como classe, raça e o gênero, a organização individual do tempo também é condicionada conforme estas diferenças. Em um contexto de flexibilização do trabalho, considera-se que tanto a relação com o trabalho é modificada quanto a percepção e o aproveitamento do tempo que não possui uma finalidade produtiva. José Soares (2019, p. 620) define o tempo de não trabalho como um período “liberado das obrigações do trabalho com sua multiplicidade de formas: culturais, artísticas, recreativas e esportivas”, isto é, um momento de “descanso e divertimento”.

Nos estudos sobre as transformações no mundo do trabalho, a precarização e a intensificação laboral aparecem associadas à noção de flexibilização (Dal Rosso, 2017). Na comunicação, assim como em outros campos, tem-se em consideração que o apelo por maior autonomia no trabalho foi instrumentalizado pelo discurso neoliberal pelo viés de enfraquecimento das relações trabalhistas. Para Nathalie Cattaneo e Helena Hirata (2009), as “tipologias” dedicadas a dimensionar este processo, desconsideram que essa flexibilidade não é neutra.

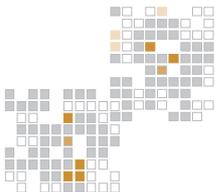
A ideia de não neutralidade instiga a reflexão sobre como os papéis de gênero atravessam (ou estão atravessados) pela dinâmica da flexibilização do trabalho. O *home office*, constituinte desse fenômeno e que é objeto de análise desta pesquisa, representa uma demanda contemporânea da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que reproduz uma lógica percebida há algumas décadas: a flexibilização para a máxima exploração da classe trabalhadora.

Este artigo é fruto de uma pesquisa empírica que pretendeu analisar as desigualdades de

gênero no trabalho em domicílio entre mulheres profissionais da comunicação na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. No desenho da investigação, considera-se que no trabalho em domicílio há uma justaposição, temporal e espacial, de demandas e responsabilidades. Tendo isso em vista, o objetivo deste texto é analisar como a flexibilização interfere na organização dos usos do tempo no trabalho em *home office* de mulheres profissionais da comunicação. No que se refere à estrutura do texto, a argumentação está organizada em quatro momentos. O primeiro é dedicado a discutir a relação entre os papéis sociais de gênero e a flexibilização do trabalho na comunicação. O segundo, visa aproximar essa relação com a (re)organização social do tempo. Feita essa contextualização teórica, é apresentado o desenho metodológico do estudo. Por fim, no último item, são apresentados os resultados obtidos na pesquisa etnográfica, visando enfatizar as evidências que contribuem para o objetivo geral da investigação.

1. Papéis de gênero e a flexibilização do trabalho na comunicação: aproximações teóricas

Nos países capitalistas industrializados, tem-se registro de iniciativas de flexibilização do trabalho desde a década de 1970 (Dal Rosso, 2017). Através da intensa ampliação do setor de serviços e da maleabilidade de relações, mercados, produtos e padrões de trabalho, tem início um processo que David Harvey (1992) denomina *acumulação flexível*. Essa transição foi demarcada por um desenvolvimento desigual entre as regiões e, nos países periféricos, é evidenciada por uma “inobservância dos preceitos do direito laboral”, atendendo e protegendo prioritariamente os interesses do empresariado (Dal Rosso, 2017, edição Kindle). Para a *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2008), as tendências desse modelo flexível chegam através de discursos



“recobertos por camadas de pressupostos ideológicos e teóricos de tal modo que se torna difícil interpretar seu significado” (Dal Rosso, 2017, edição Kindle).

A ideia de aumento da autonomia e potencialização do *empreendedorismo de si* (Rose, 2011) é impulsionada pela racionalidade neoliberal meritocrática. Essa construção discursiva alimenta a concepção de que o fracasso, mas sobretudo o sucesso, estão condicionados ao desempenho individual. A ambiguidade dos pressupostos ideológicos mencionada por Dal Rosso (2017) é percebida na multiplicidade de termos utilizados para descrever os vínculos trabalhistas na contemporaneidade. O empreendedorismo, o trabalho autônomo, a informalidade e o *freelance* são denominações que passaram a representar demarcações identitárias mais do que o caráter de uma relação trabalhista. Do mesmo modo, o trabalho remoto, o *home office* e o teletrabalho pouco diferem no sentido, mas compartilham o anseio por liberdade na gestão da rotina de trabalho.

No campo comunicacional, essa descentralização geográfica é viabilizada pela digitalização e plataforma dos meios de comunicação. Para Fígaro, Kaplún e Vargas (2021), o papel que a internet desempenha hoje na mediação das relações sociais se reflete em uma série de transformações no mercado de trabalho, sendo o aumento do teletrabalho parte disso. Cesar Bolaño (2002) identifica a inserção das tecnologias de informação na indústria como um dos principais fatores para o avanço do projeto de enfraquecimento dos vínculos trabalhistas.

O acelerado desenvolvimento da indústria comunicacional e a expansão do acesso à internet também estão associados à heterogeneidade do mercado da comunicação, demarcado pela centralidade das redes sociais na rotina de trabalho e desigualdade nas condições laborais (Fígaro; Kaplún; Vargas, 2021). Desde a década

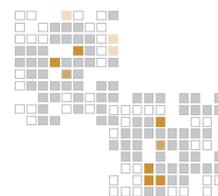
de 2010, vários estudos foram desenvolvidos na direção de avaliar o crescimento da *pejotização*¹ e o impacto disso nas condições de trabalho dos profissionais da imprensa (Grohmann, 2012; Thibes, 2017). Para André Thibes, a busca por maior independência e liberdade, inerente ao discurso *freelancer*, é “esmagada pela lógica empresarial” (2017, p. 116).

Ao analisar a cultura *freelancer* e o trabalho autônomo no jornalismo, Rafael Grohmann (2012) salienta que a informalização está mais relacionada à escassez de oportunidades e à dificuldade de (re)inserção no mercado de trabalho, do que uma preferência individual. Em outra perspectiva, Tulio Custódio (2023) argumenta que a *mentalidade empreendedorialista* também contribui para a precarização e a degradação subjetiva dos profissionais da indústria criativa.

No âmbito da sobrecarga feminina, conciliar o trabalho fora de casa e os trabalhos domésticos e do cuidado tem sido a principal dificuldade apontada por mães solo e mulheres cuidadoras (Think Olga, 2023). Tendo isso em vista, o *home office* pode representar um “facilitador” na articulação entre o trabalho remunerado e o não remunerado, ao mesmo tempo em que provoca uma sobrecarga feminina (Salvagni et al, 2023).

Além da desconstrução da divisão entre a vida privada e a pública, outras particularidades constituem uma conjuntura de trabalho remoto. A jornada de trabalho, a estrutura corporativa e a interação dos profissionais com os seus afazeres também experimentam mudanças. Ao reconhecer a relação entre a determinação do tempo produtivo e o direito ao lazer e descanso, compreende-se que a flexibilização laboral tende a modificar também a relação com os demais eixos da vida. É nesse contexto que está localizada a presente pesquisa, que, a partir dos relatos

¹ Referente a Pessoa Jurídica.



de quatro profissionais da comunicação, visa problematizar a flexibilização laboral no campo.

2. A relação entre a flexibilização e a (re) organização social do tempo

A organização do tempo social na contemporaneidade é fruto de um processo sócio-histórico que tem estreita relação com a consolidação do trabalho remunerado e o desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse âmbito, Guy Standing (2013, p. 177) aponta duas importantes transformações decorrentes da industrialização: o “desrespeito ao relógio biológico de 24 horas” e o declínio da organização do dia conforme blocos de interesse (trabalho, escola, lazer, descanso, etc). Esse modo de ver e se relacionar com o tempo provoca uma cultura de integral disponibilidade à produção, que desconsidera a importância de toda atividade que não gera mais-valia na manutenção da vida humana, desde o cuidado, o afeto até o descanso.

Cláudio Dedecca (2004) cita três premissas básicas da exploração do trabalhador no capitalismo para refletir sobre os usos do tempo. O trabalho, na qualidade de geração de renda, é obrigatório; é também o núcleo da organização do tempo, a partir da definição de uma jornada pré-estabelecida; e o tempo social (dedicado ao lazer, descanso, ócio, etc) é indispensável. O autor considera estes elementos fundamentais para a problematização da “recorrente tensão na distribuição do tempo diário entre seu uso para a produção econômica e sua utilização para a reprodução social, física e mental” (Dedecca, 2004, p. 25).

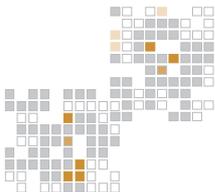
Tendo como referência indicadores que revelam que as mulheres assumem mais horas de trabalho que os homens, Dedecca (2004) argumenta que a regulação da jornada de trabalho deve considerar a indispensabilidade do tempo social e a desigual distribuição de tarefas conforme o gênero. Da mesma forma, a determinação do tempo produtivo

deve ter em conta o contexto de reconfiguração do mundo do trabalho, que tem desorganizado todos os tempos submetidos ao econômico.

A maneira como as pessoas organizam suas rotinas, negociam suas prioridades e hierarquizam atividades diárias é objeto das análises sobre os “usos do tempo”. Esses estudos permitem observar padrões e arranjos dos períodos dedicados ao trabalho remunerado, ao trabalho reprodutivo e ao lazer, conforme normas culturais e estruturas de cada sociedade. Dessa forma, é possível “elucidar importantes formas de manifestação das desigualdades de gênero e raça” (Ramos, 2009, p. 861). A análise do tempo pela perspectiva de gênero ocorre primordialmente na distribuição do trabalho doméstico intradomiciliar, bem como das consequências disso na vida profissional e pessoal de homens e mulheres.

É com base na persistência da divisão sexual do trabalho em âmbito doméstico que são explicitados alguns dos principais resultados dos estudos de usos do tempo, tais como o fato de que as mulheres, quando vivem com companheiros, exercem muito mais trabalho não remunerado do que quando vivem sozinhas, mesmo na ausência de filhos (Ramos, 2009, p. 864).

Para Yves Schwartz (2011, p. 28), a divisão do trabalho - em particular a sexual - é uma evidência histórica. Todavia, o autor questiona até onde uma análise a partir de divisões socialmente construídas do trabalho (como manual e intelectual, feminino e masculino, na cidade e no campo) é possível, uma vez que pressupõe a existência de fronteiras entre as funções exercidas em cada atividade de trabalho. Para Schwartz, (2011, p. 30), “os organogramas são sempre, na realidade, mais ou menos ultrapassados, transgredidos, recompostos; que ninguém



quer, nem pode, trabalhar ‘decomposto’”. Da mesma forma, uma análise centralizada naquele “trabalho invisível”, automaticamente estabelece que há outro nitidamente visível. Com isso, ele considera que elevar as atividades domésticas e o trabalho informal à condição de trabalho, nos permite identificar - nas “formas limites” - onde está o visível e o invisível; e, a partir disso, “reequilibrar a [...] vida social e familiar” (Schwartz, 2011, p. 32).

Na perspectiva de Silvia Federici (2021), mensurar todo o trabalho através do salário esconde em que medida as relações estão submetidas à produção e à reprodução social. Para ela, essa relação oculta a real duração da jornada de trabalho, visto que o trabalho invisível não remunerado dificilmente é considerado nesta conta. Nesse contexto, o papel secundário atribuído às tarefas domésticas e do cuidado é utilizado para legitimar a “representação usual do salário feminino como renda complementar” (Cattanéo; Hirata, 2009, p. 110). Assim, fica perceptível que as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho não são, nem nunca foram, equivalentes às dos trabalhadores homens.

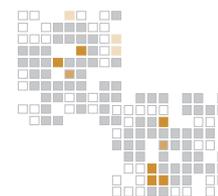
Para Ricardo Antunes (2008), não houve uma compensação social após a inserção feminina no trabalho industrial, cabendo a elas a dupla jornada e a intensificação dos tempos de trabalho. Para Hirata e Kergoat (2007), a plasticidade da divisão sexual permite que ela se adapte às novas formas de trabalho e, com isso, reforce “as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (p. 600). Uma das características do que as autoras chamam de *nova divisão sexual do trabalho* está expressa nos “nomadismos sexuais” do trabalho flexível: para as mulheres, o trabalho parcial; para os homens, a desterritorialização, considerando a maior disponibilidade para viagens e mudanças.

Tendo em vista o que foi exposto, é possível identificar o *home office* associado ao suposto

favorecimento da conciliação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Isso reforça o fato de que, historicamente, às mulheres foi imposto o papel de conciliação das múltiplas dimensões da vida cotidiana. Hirata e Kergoat (2007) associam essa responsabilidade ao “vínculo social” da divisão sexual. Dessa forma, entende-se que essa dinâmica, especialmente no trabalho em domicílio, expõe uma contradição. Os trabalhos parciais, flexíveis e, nesse caso, informalizados, se sustentam na configuração de mundo do “homem político” descrito por Bosch, Carrasco e Grau (2003): um mundo de trabalhadores integralmente disponíveis, fisicamente e psicologicamente sãos, regulares e desobrigados de outros tipos de trabalho. No entanto, no caso das mulheres, essa premissa de liberdade individual e constante disponibilidade, não é possível de ser sustentada, sobretudo àquelas que assumem os cuidados de outras pessoas, o trabalho doméstico e a gestão do lar. A *persona* ideal, materializada nesse universo emancipado, do denominado “homem político”, só existe porque todas as demais carências indispensáveis para a manutenção da vida humana são supridas pelo trabalho feminino.

3. Percurso teórico-metodológico

A pesquisa que originou este texto tem caráter qualitativo e empírico, sendo o desenho metodológico, de inspiração etnográfica, sistematizado em três fases. A primeira delas representa um levantamento exploratório realizado no primeiro semestre de 2023 com mulheres profissionais da comunicação que atuam em *home office* em Santa Maria (RS). A segunda trata-se da coleta de dados aos moldes da etnografia. As duas técnicas de obtenção de dados foram a entrevista semi estruturada e a observação não participante - vinculada a um diário de campo elaborado por uma das pesquisadoras e um diário de trabalho das



mulheres participantes. Os encontros ocorreram ao longo de nove meses, entre maio de 2023 e janeiro de 2024, sendo a maior parte destes presenciais, na casa das participantes. A terceira e última fase refere-se à análise e discussão dos registros obtidos.

A perspectiva etnográfica, que inspira a incursão em campo desta pesquisa, se constitui como uma elaboração teórica e prática de conhecimento “que busca compreender os fenômenos sociais desde a perspectiva de seus membros. [...] Neste sentido os agentes são informantes privilegiados, pois só eles podem dar conta do que pensam, sentem, dizem e fazem com os eventos que os

envolvem” (Guber, 2011, p. 16).

Participaram do estudo quatro mulheres com idade entre 24 e 36 anos, graduadas em diferentes cursos da Comunicação, que atuam na área e que residem na região central do Rio Grande do Sul. O grupo participante foi constituído com base nas respostas recebidas no questionário exploratório, sendo o principal critério para a seleção das interlocutoras que estas trabalhassem sob um vínculo informalizado. Na figura a seguir, estão reunidos os perfis sociodemográficos de cada uma das entrevistadas. Para preservar o anonimato, o nome atribuído à cada entrevistada é fictício.

Figura 1 – Composição do grupo

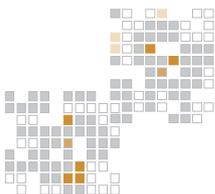
| | DARA | BÁRBARA | LÍVIA | ADRIANA |
|----------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Idade | 30 | 24 | 30 | 36 |
| Raça | Branca | Parda | Branca | Branca |
| Estado civil | Solteira | Solteira | Casada | União estável |
| Moradia | Mora sozinha | C/ colegas de apartamento | C/ cônjuge e filha | C/ cônjuge e filho |
| Filhos | Não | Não | Sim (1) | Sim (1) |
| Idade do filho(a) | — | — | 1 ano e meio | 3 anos |
| Espaço de trabalho | Cômodo próprio (escritório) | Cômodo dividido (escritório e quarto) | Cômodo próprio (escritório) | Cômodo próprio (escritório) |
| Home office compartilhado | Não | Não | Não | Sim (c/ companheiro) |

Fonte: Próprio(s) autor(es).

Considera-se relevante pontuar este critério pelo reconhecimento de que são distintas as condições laborais de trabalhadores informais. Essa leitura leva em conta que a informalização confere uma maior flexibilidade na organização de demandas e na gestão do expediente. Sendo a conciliação do *home office* com as relações afetivas e o tempo o núcleo desta investigação, essa observação é relevante para compreender as condições que cada uma usufrui no gerenciamento das atribuições profissionais.

4. Narrativas de mulheres sobre o trabalho flexível e os usos do tempo

A articulação dos tempos de trabalho e de não trabalho tem como principal referência a duração da jornada laboral. Trabalhar em domicílio não implica, necessariamente, em uma maleabilidade no expediente. Contudo, a indissociabilidade entre a vida pública e a vida privada se expressa com maior intensidade no *home office*, uma vez que estas fronteiras estão menos consolidadas. Como argumenta Marcela Lagarde (2005), para



as mulheres, a sobreposição dos interesses públicos e domésticos sempre ocorreu no âmbito simbólico.

Quando se trata do trabalho informal ou *freelancer*, o expediente tende a ser determinado conforme as prioridades e possibilidades da rotina de cada profissional. Na vivência das interlocutoras, a flexibilidade e a proximidade física com o espaço e as demandas de trabalho dificultam a separação entre turnos. Adriana, por exemplo, descreve sentir “tentação” de trabalhar fora do seu expediente, especialmente porque seu escritório fica a poucos passos dos ambientes de descanso e lazer.

Eu acho que a organização do tempo do trabalhador em home office, tem que ser maior do que a presencial, porque a presencial tem o limite físico. [...] Se eu vou pegar um livro para ler, para me distrair, eu tô passando pelo meu escritório, né? E pode ser que eu caia em tentação de fazer alguma coisa (relacionada ao trabalho) (Adriana).

Para ela, enxergar o trabalho instiga esta permanente sensação, já que “quando você não enxerga, deixa de pensar nele (o trabalho)”. Ela e as demais participantes relatam a sensação de ter que trabalhar a todo momento, o que provoca uma infiltração do trabalho no período de descanso, em particular através das atividades tidas como “secundárias” como planejar a semana, conferir a agenda e responder mensagens.

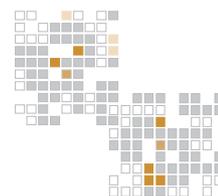
As interlocutoras do estudo estão inseridas em distintos contextos profissionais e, por isso, apresentam condições de trabalho diferentes, o que interfere no modo como elas se relacionam com as suas ocupações. Embora sejam todas informalizadas, duas delas - Bárbara e Adriana - estão situadas em uma conjuntura de emprego formal: têm funções claramente definidas e uma jornada de trabalho pré-determinada.

No caso delas, o turno de atividade das suas empresas são balizadores desse tempo. Lívia, que é empreendedora e Dara, autônoma, possuem relativa liberdade na gestão do seu tempo de trabalho, mas desempenham várias atribuições e são a principal referência na maior parte dessas. Considera-se relativa a autonomia porque outros fatores constituem essa avaliação: desde a conciliação com outras tarefas não remuneradas até a instabilidade financeira, o que contribui com o alongamento das jornadas. Em decorrência disso, ambas têm prontidão e disponibilidade para seus afazeres profissionais, mesmo em horários e dias alternativos, como o final de semana.

Durante a realização dos encontros, Lívia descrevia um contexto de visível sobrecarga. Além de conciliar a gestão da sua empresa com os cuidados da casa e da filha, estava concluindo seu doutoramento. Diante deste cenário, ela considera que a maleabilidade da jornada é um dos aspectos positivos do empreendedorismo. Utilizar o dito “horário comercial” para outras atividades, em particular da rotina da sua filha, é o que possibilita essa conciliação, mesmo que isso signifique trabalhar mais e em horários atípicos.

Agora, se a [nome da filha] chega a ficar doente, por exemplo, vai gritar mais e eu vou ter que ser mais mãe e vou ter que esquecer das outras coisas. [...] Então acho que autonomia [eu tenho] no ambiente normal, mas no momento que tenho né, uma crise, um problema ou uma circunstância assim, [...] eu vou ter que me adaptar ou adaptar as outras funções para aquilo (Lívia).

A dinâmica narrada por ela evidencia um cenário no qual não é perceptível uma divisão temporal. Mais ainda, revela uma sobreposição de afazeres e uma permanente reorganização do foco da atenção. Conforme ela descreve, seu



critério para a organização desse arranjo é sempre priorizar aquilo que “grita mais”, ou seja, o que é mais urgente naquele instante. Neste fluxo, seu tempo livre, voltado para o autocuidado e o descanso, são menosprezados e situados no tempo que sobrar, se sobrar.

Adriana, a mais velha e mais experiente das interlocutoras, mostrou-se também a mais preocupada com impor limites para a duração do expediente. Para ela, passar tempo com seu filho é uma das suas prioridades. Assim, reflete que provavelmente seria muito mais “*workaholic*” se não tivesse um filho, uma vez que as responsabilidades da maternidade também delimitam sua disponibilidade para o vínculo empregatício.

Ao discutirmos os papéis sociais de gênero, é substancial considerarmos o trabalho invisível, imensurável e ininterrupto de gestão e organização, intrínseco ao trabalho doméstico e do cuidado - o que demanda, em especial, as rotinas de Adriana e Lívia, em razão da experiência da maternidade. Sobre esse trabalho de planejamento, discute-se a noção de “gestão do lar” para se referir a responsabilidade da manutenção do ecossistema familiar e da casa. Acerca do trabalho do cuidado, a socióloga Monique Haicault (1984) concebeu a noção da “carga mental” do cuidado.

No cenário descrito pelas entrevistadas, a possibilidade de combinar o trabalho doméstico durante o turno de trabalho, indica, de certa forma, também uma intensificação do tempo produtivo. Por um lado, para elas, é benéfico poder usufruir do expediente para outras tarefas, uma vez que implica não ter que realizá-las no seu horário de descanso. Por outro, descrevem um contexto no qual elas buscam conciliar dois tipos de trabalho - sendo um remunerado e outro não - no mesmo espaço de tempo.

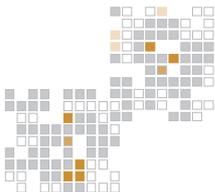
Dara e Bárbara, em outra dimensão, não assumem os cuidados de outras pessoas - o que

lhes possibilita maior disponibilidade às suas profissões. No entanto, essa desobrigação não assegura mais tempo de lazer, uma vez que a instabilidade profissional delas, especialmente Dara, resulta no alargamento da jornada de trabalho. A participante afirma que prefere não trabalhar aos finais de semana, mas “tem que estar ali [no trabalho]” por uma necessidade financeira. Além disso, justifica que a atenção dada a clientes em horários atípicos visa contemplar a realidade de outros trabalhadores que, assim como ela, constituem uma rotina flexível.

Eu respondo na hora, na maioria dos casos, se eu tô com o telefone na mão. [...] Mas já recebi mensagem às cinco da manhã, uma da manhã. Então, tipo, clientes e clientes. [...] eu tenho uma cliente que atende o dia todo até às sete da noite. Ela sempre vai me mandar mensagem oito, nove da noite. E eu super entendo e eu atendo ela esse horário também (Dara).

Assim como este, outros depoimentos estão mais relacionados à fragilidade do vínculo informal do que ao trabalho remoto. Em ambas as dimensões, entende-se que situações de conciliação exprimem uma relação de negociação de interesses e prioridades - o que possibilita visualizar os atravessamentos de gênero. Para Adriana, as renúncias que homens e mulheres fazem ilustram a desigualdade de gênero expressa nessa articulação. O homem abdica de atividades tidas como supérfluas, enquanto a mulher “para não prejudicar o trabalho, deixa de fazer coisas que deveriam ser prioridade para ela”, como o autocuidado, descanso, um momento a sós.

A perspectiva de que os tempos e os seus respectivos objetivos estão cada vez mais indissociáveis se fortalece ao considerar que o trabalho na comunicação na contemporaneidade é, prioritariamente, um trabalho digital. Somado



a isso, a conversão de dispositivos pessoais móveis, como o celular, em utensílios de trabalho, materializa essa relação dentro e fora do espaço doméstico, visto que o trabalho se desloca junto e pela trabalhadora.

Essa inserção provoca a fragmentação e encurtamento dos momentos de não trabalho. A desterritorialidade das demandas profissionais implica que todo lugar, a qualquer horário, é uma oportunidade de trabalhar. Além disso, quando não há um expediente determinado, tem-se uma ideia de absoluta disponibilidade, o que resulta em uma jornada de trabalho incessante.

Para Teresa Moreira (2019), a flexibilidade temporal tanto complexifica a separação entre o tempo de trabalho e o de não trabalho como intensifica síndromes de ansiedade social. João Leal Amado (2018, p. 26) salienta que a inserção de novas tecnologias na rotina de trabalho possibilita que o trabalhador esteja “conectado e disponível 24 sobre 24 horas, pois a tecnologia permite a conexão por tempo integral”.

No grupo estudado, as interlocutoras em contextos de maior formalidade descrevem possuir meios específicos para a comunicação da empresa. Assim, recebem pouca ou nenhuma mensagem fora do turno regular. Bárbara enfatiza ainda que, quando isso ocorre, atende aos pedidos sem resistência porque compreende que se refere a uma demanda efetivamente urgente. Acerca de experiências anteriores, ela relata já ter tido uma relação negativa com as notificações do celular, quando a comunicação com a sua empresa ocorria majoritariamente pelo seu aparelho pessoal, se sobrepondo às conversas de cunho privado. Exemplificando o que Moreira (2019) descreve como reflexo dessa extrapolação dos tempos, para Bárbara, conversar com amigos e familiares implicava ler e, logo, responder mensagens referentes ao trabalho.

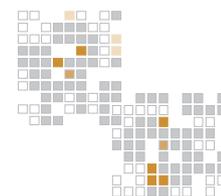
Lívia, embora tenha colaboradoras na sua empresa, reconhece que o seu compromisso com

as responsabilidades é diferente. No cotidiano da sua agência, demandas urgentes são sempre assumidas por ela, porque “se eu não respondo, quem vai?”, como ela conta. Além disso, descreve uma dinâmica com clientes que prevê uma prestação de serviços estendida - com “plantões de repost”, de compartilhamento de conteúdos nos finais de semana.

Para Adriana, o que torna a sua rotina mais desgastante é a ausência de um momento de separação entre o trabalho e a vida doméstica. Dessa forma, ainda que a economia de tempo com deslocamento seja um dos principais fatores para adesão ao trabalho remoto, a ausência de um período de desconexão também repercute negativamente. No caso dela, a maternidade surge como fator que acentua essa percepção, visto que o fim do expediente também representa o início do trabalho do cuidado. Nesse sentido, cabe ressaltar que o tempo de não trabalho não abrange somente o descanso e o lazer. Para Lagarde (2005, p. 117-118), a reprodução social e cultural inclui desde a manutenção da saúde e do bem-estar, até a reposição de energias vitais, como as afetivas, intelectuais e eróticas. Na dimensão do trabalho em domicílio, objeto desta análise, a fusão espacial dos afazeres é também um aspecto a ser considerado.

No contexto da pesquisa, Bárbara é a única das interlocutoras que não possui um escritório em casa, seu espaço de trabalho fica dentro do seu quarto. Muito em razão disso, é a única que relata trabalhar de outros cômodos da casa e, também, fora dela, em cafeterias, por exemplo. Para ela, passar o dia todo no mesmo cômodo torna a rotina muito mais desgastante.

O cansaço de quando eu tô em casa é mais tipo, tirar minha mente do trabalho, por conta da mistura de ambientes mesmo, sabe? Como eu trabalho no meu quarto. Às vezes eu preciso de, sei lá, uma hora sem pensar



em nada assim, fazendo qualquer coisa para me desligar do trabalho, das coisas. O que é diferente quando tu vai presencial, né? Se eu vou embora do lugar, o trabalho geralmente fica lá (Bárbara).

O desconforto de estar no mesmo ambiente o tempo todo, aliado a falta de interações durante o horário de trabalho, é mencionado em algum momento por todas as interlocutoras. Diante disso, é visível que a maneira como elas se relacionam com o *home office* interfere e sofre interferência nas demais dimensões das suas vidas. Levando em conta esses relatos, entende-se que a flexibilização repercute diretamente na organização do tempo dedicado ao não trabalho. Neste contexto, a sobrecarga vinda do excesso de responsabilidades profissionais e a conciliação com o trabalho doméstico e do cuidado provoca um encurtamento dos tempos de lazer das interlocutoras e, mais ainda, uma negligência do descanso e práticas de autocuidado.

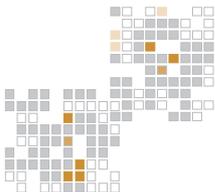
Considerações finais

É na intersecção entre a flexibilização e a intensificação do trabalho, na qual o sistema de valoração do tempo e da mão de obra se desestabiliza, que a problemática do gênero atravessa as dinâmicas da vida privada e profissional das participantes da pesquisa. No trabalho em domicílio, as próprias noções de espaço público e espaço privado em que o trabalho remoto transita, são fruto da divisão sexual. A conclusão que sintetiza o que foi debatido até aqui é que o processo de flexibilização do trabalho maximiza a exploração da mulher trabalhadora, a partir da idealização de um sujeito disponível e maleável, que só foi

possível de ser desenvolvida a partir do trabalho feminino invisível e não remunerado. No caso das mulheres trabalhando em domicílio, nem sempre essa disponibilidade é integral, uma vez que os tempos e os trabalhos não são determinados e se sobrepõem a todo momento.

Em adição à flexibilização geográfica do trabalho expressa no *home office*, há também um movimento de extensiva desregulamentação dos contratos de trabalho que amplifica a sobrecarga e precariza ainda mais a classe trabalhadora. Acerca de um possível encaminhamento, vislumbra-se que a análise das circunstâncias de trabalho sob um viés interseccional, podem vir a aprofundar o debate sobre as condições do trabalho em domicílio. Seja na pesquisa acerca do trabalho flexível ou em *home office*, é imprescindível pontuar que estas transformações são tão contemporâneas quanto antigas. Mesmo no período industrial, o trabalho assumido por mulheres e crianças no ambiente domiciliar já configurava um modelo flexível e precário de trabalho voltado para a máxima exploração da classe trabalhadora.

Para as participantes do estudo, assim como para qualquer pessoa que trabalha em *home office*, são variadas as razões que justificam a adesão ao regime remoto. Da mesma forma, é visível que a maneira como elas se relacionam com o trabalho em domicílio interfere mutuamente nas demais dimensões das suas vidas. Dessa forma, compreende-se que a distorção da jornada laboral intensifica ainda mais a tensão do tempo mercantil com aqueles não remunerados - historicamente menos valorizados -, seja este tempo dedicado ao lazer e o descanso, seja destinado ao trabalho não pago.



Referências

- AMADO, João Leal. Tempo de trabalho e tempo de vida: sobre o direito à desconexão profissional. *Revista do TRT-15*, n. 52, 2018
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOLAÑO, Cesar. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. *Soc. bras. Economia Política*, n. 11, p. 53-78, 2002.
- BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elisa. Verde que te quiero violeta: encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. In: TELLO, Enric. *La Historia Cuenta*. Barcelona: El Viejo Topo, 2003
- CATTANÉO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: HIRATA et al (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CUSTÓDIO, Túlio. *Ilusões perdidas: a degradação, a deterioração do trabalho e o discurso empreendedorialista em um estudo sobre trabalhadores criativos autônomos da indústria criativa no século XXI*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo: Biblioteca digital/USP, 2023
- DAL ROSSO, Sadi. *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017, edição Kindle.
- DEDECCA, Cláudio. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004, p. 21-52
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021
- FÍGARO, Roseli; KAPLÚN, Gabriel; VARGAS, Teresita. Editorial – El campo profesional de la comunicación: problemas, potencialidades y desafíos actuales. *Avatares de la comunicación y la cultura*, n. 21, p. 1-6, 2021.
- GROHMANN, Rafael. *Os discursos dos jornalistas freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo. São Paulo: R.N, 2012
- GUBER, Rosana. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, p. 595-609, 2007.
- LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.
- MOREIRA, Teresa. Algumas questões sobre o direito à desconexão dos trabalhadores. *Minerva: Revista de Estudos Laborais*, n. 2, 2019
- ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs*. RJ: Editora Vozes, 2011
- SALVAGNI, Julice; LAGEMANN, Vitória; VERONESE, Marília. A relação entre maternidade e trabalho no contexto de home office. *Revista Conhecimento Online*, v. 2, p. 95-116, 2023.
- SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Revista Trabalho, Educação e Saúde. Fiocruz*, v. 9, n. 1, 2011.
- SOARES, José Montanha. O lazer e o tempo do não trabalho no capitalismo: as ilusões do consumo. *LICERE*, v. 22, n. 3, p. 603-622, 2019.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- RAMOS, Daniela. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir desigualdades de gênero. *Estudos Feministas*, v. 17(3), n. 312, 861-870, 2009.
- THIBES, André. *O freelancer como estratégia de precarização do trabalho jornalístico: um estudo sobre profissionais de grandes redações de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Biblioteca UFSC, p. 204, 2017.
- THINK OLGA. *Esgotadas*, 2023. Disponível em <https://lab.thinkolga.com/esgotadas/> Acesso em 25 jan. 2024

Artigo recebido em 15/04/2024 e aceito em 19/08/2024.

